

Destinatário: município de Belém; SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO; PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

Recomendação:

Que proceda à abertura de vias públicas, com a retirada de todos os portões instalados ou quaisquer outros obstáculos fixados nas vias da cidade de Belém, a exemplo daquelas indicadas nos Conjuntos Benjamin Sodré e Maguari;

Proceder à apuração de responsabilidades individuais ou coletivas, bem assim a cobrança dos custos da municipalidade para a retirada desses obstáculos ao livre trânsito e mobilidade daqueles que os colocaram, com a apreensão dos materiais e equipamentos;

A comunicação ao Ministério Público do cumprimento desta recomendação, com todas as informações necessárias a eventuais apurações de responsabilidades penais dos autores.

Referente: Procedimento Administrativo no 000035-113/2018- 3º PJ/MA/PC/HU

Data: 27 de junho de 2019

Promotores de Justiça: raimundo de jesus coelho de Moraes

Protocolo: 451861

Extrato do Inquérito Civil nº 000035-150/2015-MP/PJ/DPP/MA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. MARIELA CORRÊA HAGE, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 000035-150/2015 que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº 048/2019

Data da Instauração: 20/05/2019

Objeto: Apurar supostas irregularidades cometidas pelo Deputado Martinho Carmona, quando da apresentação de inúmeras emendas orçamentárias destinando verbas a organizações não governamentais que estariam sob seu controle.

Interessado: José Francisco de Oliveira Teixeira

Investigado: Deputado Martinho Carmona

Promotoria de Justiça: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Promotor de Justiça: Dra. MARIELA CORRÊA HAGE.

Protocolo: 451808

Promoção de arquivamento do Inquérito Civil nº. 000761-125/2014-MPPA

O 1º Promotor de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude de Belém, em exercício, torna público que promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 000761-125/2014-MPPA e, com fundamento no art. 23, §§1º e 2º, da Resolução n. 010/2011-CPJ, de 30/06/2011, vem cientificar, por este meio, devido tratar-se de direito coletivo.

Assunto: Cientificação do (a) interessado (a) acerca da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nº 000761-125/2014-MPPA

MAURÍCIO ALMEIDA GUERREIRO DE FIGUEIREDO

1º Promotor de Justiça da Defesa da Infância e da Juventude de Belém.

Protocolo: 451977

EXTRATO DE PORTARIA Nº 022/2019-7ºPJ/ATM

A 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL E DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO MEIO AMBIENTE, DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DA HABITAÇÃO E DO URBANISMO DE ALTAMIRA, com fundamento no art. 54, VI e §3º, da Lei Complementar nº 057/2006, na Resolução Nº 010/2011-CPJ, de 30/06/2011, e Resolução 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 012/2019-7ºPJ/ATM, SIMP 000092-808/2018, que se encontra à disposição na Rua Ernesto Passarelli, Nº 2361, Bairro Sudam II, em Altamira/PA.

PORTARIA Nº 022/2019-MPE/7ºPJ/ATM

Polo Ativo: Ministério Público do Estado do Pará.

Polo Passivo: Município de Vitória do Xingu.

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as ações relacionadas à gestão de resíduos sólidos de Vitória do Xingu/PA.

Altamira/PA, 08 de março de 2019.

Antônio Manoel Cardoso Dias – Promotor de Justiça

Protocolo: 451818

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DOS DIREITOS HUMANOS PORTARIA Nº 003/2019-MP/4ªPJ/DCF/DH

A 4ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DOS DIREITOS HUMANOS DE BELÉM, Dra. MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA ARAÚJO, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 000790-116/2013, na Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém, sito a Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Inquérito Civil: nº 000790-116/2013

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 26, incisos I e VI da Lei nº 8.625/93 e, Lei Complementar nº 057/06, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, artigo 54, inciso I.

Investigado: Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA

Objeto da apuração: Apurar a existência de funcionários públicos admitidos sem a prévia realização de concurso público no âmbito do órgão investigado, com fundamento no art. 37, caput e incisos II, V e IX, da Constituição Federal.

Belém, 03 de julho de 2019

Maria da Penha de Mattos Buchacra Araújo

4ª Promotora de Justiça dos Direitos

Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos

Protocolo: 451941

EXTRATO DA PORTARIA Nº 31/2019-MP/3ªPJTUC

A 3ª Promotoria de Justiça de Tucuruí, com fundamento no art. 8º da Resolução n. 174, do CNMP, de 4 de julho de 2017, tornam pública a instauração do Procedimento Administrativo (SIMP n. 002651-027/2019) que se encontra à disposição nas Promotorias de Justiça de Tucuruí, situadas na Rua Dom Cornélio Vermans, nº 559, Bairro Santa Isabel, CEP 68458-400, telefones: (94) 3787-1356/ 4497; e-mail: mptucuruí@mp.pa.gov.br.

PORTARIA Nº 31/2019-MP/3ªPJTUC

Polo ativo: ESTADO DO PARÁ (Ministério Público do Estado).

Polo passivo: MUNICÍPIO DE TUCURUÍ (Estádio Navegantão).

Assunto: acompanhar adequação legal e administrativa do Estádio Navegantão em Tucuruí, tendo em vista realização de laudo de vistoria do GATI Engenharia.

Francisco Charles Pacheco Teixeira

Promotor de Justiça, titular da 3ª PJ de Tucuruí.

Protocolo: 451948

Extrato da instauração do Inquérito Civil nº 000730-125/2014

A PROMOTORA DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. MARIELA CORRÊA HAGE, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 000730-125/2014, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº 091/2014

Data da Instauração: 05/08/2014

Objeto: Dar continuidade à apuração de irregularidades na Unidade Municipal de Saúde/UMS do Jurunas, consistentes, em tese, em alterações em documentos médicos para solicitação/autorização de procedimentos ambulatoriais/SUS (marcação de consultas) realizados pelas servidoras públicas Marília Teles e Lena Claudia Vieira, para fins de favorecimento pessoal do então vereador Wanderlan Quaresma.

Promotora de Justiça: MARIELA CORRÊA HAGE

Promotoria de Justiça: 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 451811

EXTRATO DE PORTARIA

PORTARIA Nº 007/2019/10ª PJMAB

A 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARABÁ, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo nº 000051-950/2019, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

Requerido: EMERSON DOS REIS DOS SANTOS

Objeto: Apurar se a adolescente E. F. D. M., de 12 (doze) anos de idade, se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade social e aplicar as medidas de proteção cabíveis, eis que há denúncia de que a mesma foi supostamente vítima de crime de natureza sexual.

Marabá/PA, 03 de julho de 2019.

Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira

Promotora de Justiça Titular da 10ª PJ da Infância e Juventude de Marabá/PA

Protocolo: 451925

EXTRATO DE PORTARIA Nº 036/2019-CGMP/PA, DE 05 DE JULHO DE 2019

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 30 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06/07/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o poder-dever da Administração Pública de apurar as supostas faltas cometidas por seus integrantes;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 17, inciso V, da Lei Federal nº 8.625, de 12/02/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), c/c o art. 37,